



JCBC
Nº 70009395559
2004/CÍVEL

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.
DECRETO REGULAMENTAR DO PODER
EXECUTIVO. REVOGAÇÃO POR OUTRO
DECRETO. PERDA DO OBJETO.**

Se o Decreto pretendido inconstitucional restou revogado integralmente por outro, há superveniente perda do objeto, sendo caso de extinção da demanda sem o julgamento de mérito, forte no artigo 267, VI do Código de Processo Civil.

Ainda que não tivesse sido operada a revogação alegada, tratando-se de Decreto regulamentar, incabível o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, resolvendo-se a questão no plano da legalidade. Posição pacífica do STF.

ADIN PREJUDICADA.

AÇÃO	DIRETA	DE	ÓRGÃO ESPECIAL
INCONSTITUCIONALIDADE			
Nº 70009395559			COMARCA DE PORTO ALEGRE
UNIAO	GAUCHA	DOS	PROPONENTE
PROFESSORES TECNICOS UGPT			
GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO			REQUERIDO
GRANDE DO SUL			
EXMO PROCURADOR GERAL DO			INTERESSADO
ESTADO			

DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos..

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade proposta pela União Gaúcha dos Professores Técnicos - UGPT, pleiteando a declaração de inconstitucionalidade do Decreto Estadual nº 40.847/01, sustentando



JCBC

Nº 70009395559

2004/CÍVEL

haver ofensa ao artigo 27, inciso I, alínea “b”, da Constituição Estadual, e aos artigos 5º e 174, da Constituição Federal.

Afirma o proponente que a norma, ao permitir o rompimento unilateral do contrato financeiro entre a UGPT e aos servidores contribuintes, estimula o inadimplemento dos contratos de empréstimo, deixando a federação vulnerável. Salaria que o artigo 2º do Decreto Estadual nº 40.847/01 configura a intervenção do Estado nos contratos e nas atividades privadas, afastando, desse modo, a proteção ao ato jurídico perfeito previsto no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.

Foi deferida a liminar (fls. 148/151).

Citado (fl. 85v.), o Estado contestou, argumentando o Decreto nº 40.847/01 baseou-se na jurisprudência majoritária desta Corte, em que restou condenado por não aceitar unilateralmente o pedido de sustação de descontos anteriormente autorizados por servidores (fls. 106/162).

O Ministério Público opinou, preliminarmente, pela extinção do feito com base no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. No mérito, manifestou-se pela improcedência (fls. 165/169v.).

É o relatório.

Conforme, relatado, cuida-se de ação na qual pretende a autora, União Gaúcha dos Professores Técnicos - UGPT, seja declarado inconstitucional o Decreto Estadual nº 40.847/01 de 25 de junho de 2001, o



JCBC
Nº 70009395559
2004/CÍVEL

qual modificou o Decreto nº 34.258 de 03 de abril de 1992, versando relativamente a descontos em folha de pagamento de servidores públicos estaduais.

Ocorre que, em 10/09/2004, o Poder Executivo Estadual editou novo Decreto regulando a matéria (Decreto nº. 43.337/04) o qual revogou expressamente o Decreto nº. 40.847/01, objeto da presente ação.

O artigo 13, parágrafo único, do Decreto nº. 43.337/04 consta nos seguintes termos:

O cancelamento dos descontos relativos a empréstimos e/ou financiamentos concedidos por instituições financeiras oficiais e juros e amortizações de empréstimos concedidos por instituições financeiras conveniadas com as associações de classe, sindicatos, federações dos servidores públicos estaduais, fundações privadas de servidores públicos estaduais sem fins lucrativos e cooperativas de crédito de servidores públicos estaduais, fica condicionado à prévia e expressa anuência das entidades consignatárias e das instituições financeiras oficiais ou privadas, com ele conveniadas, se for o caso.

Diante deste quadro, restando subtraída do mundo jurídico por revogação a legislação alegadamente afrontosa à Constituição Estadual e Federal, está prejudicado pedido de declaração de inconstitucionalidade e, com isso, o próprio feito.

Não há mais falar em ofensa ao princípio da isonomia, porquanto, no novel Decreto que regula a matéria, inexistente a pretensão



[Assinatura manuscrita]

JCBC
Nº 70009395559
2004/CÍVEL

redação discriminatória, a qual diferenciava as instituições oficiais das privadas.

Neste sentido a posição pacífica adotada pelo Supremo Tribunal Federal, citando-se em caráter exemplificativo os seguintes julgados, dentre outros:

Ação direta de inconstitucionalidade. Questão de ordem. – Tendo o Decreto nº 6.469, de 8 de maio de 1992, - do qual o artigo 3º e seu parágrafo único foram os dispositivos impugnados nesta ação direta – sido expressamente revogado pelo Decreto nº 8.790, de 17 de março de 1997, ficou prejudicada a referida ação direta por perda de seu objeto, uma vez que já se firmou a orientação desta Corte no sentido de que o interesse de agir, em ação direta de inconstitucionalidade, só existe enquanto estiver em vigor a norma jurídica impugnada (assim se decidiu, a título exemplificativo, na ADIN 520 e na ADIMC nº 2001). Questão de ordem que se resolve dando-se por prejudicada a presente ação direta de inconstitucionalidade. (ADI-QO 921/MS – MATO GROSSO DO SUL QUESTÃO DE ORDEM NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, relator Ministro Moreira Alves, j. em 19/04/2002).

Ação direta de inconstitucionalidade. Questão de ordem. – Tendo a Lei nº. 373, de 10 de março de 1992, do Estado de Tocantins – e foi ela o objeto de presente ação direta de inconstitucionalidade – sido revogada expressamente pela Lei 783, de 18 de outubro de 1995, do mesmo Estado-membro, ficou prejudicada essa ação por perda de seu objeto, porquanto já se firmou a orientação desta Corte no sentido de que o interesse de agir, em ação direta de inconstitucionalidade, só existe enquanto estiver em vigor a norma jurídica impugnada (assim se decidiu, a título exemplificativo, na ADIN 520 e ADIMC nº 2001). Questão de ordem que se resolve dando-se por prejudicada a presente ação direta de inconstitucionalidade, ficando cassada, em consequência, a liminar concedida. (ADI QO 747/TO –



A

JCBC
Nº 70009395559
2004/CÍVEL

Relator Ministro Moreira Alves, publicada no DJ em 28/06/2002).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE: PERDA DE OBJETO. I. – Regimento Interno do Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, acoimado de inconstitucional por vício forma e argüida a inconstitucionalidade material de dispositivos seus: perda do objeto da ação, dado que o citado Regimento Interno foi substituído por novo Regimento elaborado pelo Tribunal de Justiça do Estado, revogados os dispositivos acoimados de inconstitucionalidade material. II. – Ocorrendo a revogação superveniente da norma atacada em ação direta, esta perde o seu objeto, independentemente de a referida norma ter, ou não, produzido efeitos concretos. III. – Precedentes do STF: ADIn 2.097-PR, Moreira Alves, Plen., 04.5.2000; ADIn 1.203-PI, Celso Mello. (ADI, 2515/CE, Relator Ministro Carlos Veloso, julgada pelo pleno do STF em 13/12/2001).

No mesmo sentido a posição deste Tribunal, a autorizar o julgamento monocrático do recurso:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI COMPLEMENTAR Nº 011/03 (ART. 35), DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO CADEADO. MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, PLANO DE CARREIRA. GRATIFICAÇÃO DE DIFÍCIL ACESSO. EMENDA LEGISLATIVA, DEFEITO FORMAL. LEI REVOGADA, PERDA DE OBJETO DA AÇÃO. PROCESSO EXTINTO. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70008045726, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Ari Azambuja Ramos, Julgado em 04/10/2004).

CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA. LEI REVOGADA. FALTA DE INTERESSE. EXTINÇÃO DA AÇÃO. 1. O PODER JUDICIÁRIO, POR NÃO SE CONFIGURAR COMO ÓRGÃO CONSULTIVO, NÃO EXAMINA A CONSTITUCIONALIDADE DE NORMA QUE NÃO MAIS VIGE. LICença DOUTRINÁRIA E PRECEDENTES DO STF. 2. AÇÃO DIRETA DE



JCBC
Nº 70009395559
2004/CÍVEL

INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA EXTINTA.
(Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº
70005810205, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do
RS, Relator: Araken de Assis, Julgado em
08/09/2003).

Diante do quadro destacado, inequívoca a perda do objeto porque não mais em vigor o Decreto dito inconstitucional.

De outro lado, ainda que tal não tivesse ocorrido, a robustecer a necessidade de extinção do feito, acresça-se que o escopo da lide consiste em que seja declarado inconstitucional Decreto regulamentar exarado pelo Executivo Estadual.

Trata-se de Decreto que se limitou a regular a questão atinente aos descontos em folha de pagamento de servidores públicos estaduais disposto na Lei Complementar nº. 10.098 de 03 de fevereiro de 1994 (Estatuto Jurídico dos Servidores do Estado do Rio Grande do Sul), notadamente os artigos 81 a 84.

Claro está, assim, que não se cuida de Decreto autônomo, mas regulamentar, não sendo admissível questioná-lo por meio de ação de inconstitucionalidade, resolvendo-se a controvérsia no plano da legalidade.

Neste sentido a lição de Alexandre de Moraes:

O Supremo Tribunal Federal, excepcionalmente, tem admitido ação direta de inconstitucionalidade cujo objeto seja decreto, quando este, no todo ou em parte, manifestamente não regulamente a lei, apresentando-se, assim, como Decreto autônomo.



JCBC
Nº 70009395559
2004/CÍVEL

Nessa linha, haverá a possibilidade de análise de compatibilidade diretamente com a Constituição Federal para verificar-se a observância do princípio da reserva legal (...).

Assim, Decreto executivo que, editado para regulamentar a lei, venha a divergir de seu conteúdo, extravasando a previsão do artigo 84, IV, da Constituição Federal (insubordinação executiva), não poderá ser objeto de ação direta de constitucionalidade, mesmo que esta violação, reflexa e indiretamente, atinja o texto constitucional, pois regulamento contrário à lei é ilegal.

Igualmente o STF: na Adin 1381-1/RS e Adin 1388-3/DF, ao exemplo.

Ante o exposto, forte nos artigos 169, XI do RITJRGS e 267, VI, do Código de Processo Civil, julgo prejudicada a presente ação, bem como o agravo regimental interposto contra a decisão concessiva da liminar, pela perda de objeto.

Porto Alegre, 06 de maio de 2008.

DES. JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO,
Relator.



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário: JOAO CARLOS BRANCO CARDOSO
Nº de Série do certificado: 1AFDD5EC067DDA77
Data e hora da assinatura: 07/05/2008 18:32:12

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço http://www.tj.rs.gov.br/site_php/assinatura e digite o seguinte número verificador: 700093955592008532374